

REFLEXÕES SOBRE AULAS TEÓRICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Judson Cavalcante Bezerra
José Pereira de Melo

RESUMO

Apresentação: A promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) instituiu novos encaminhamentos para a educação nacional, principalmente no sentido de propor mudanças significativas, com destaque para a liberdade atribuída aos conselhos de educação, às escolas e aos professores, a fim de que pudessem organizar e estruturar o ensino, diferenciando-o de região para região e de escola para escola. **Justificativa:** consideramos importante o presente estudo para identificar elementos que possam contribuir na formação e atuação docente em educação física nas escolas. **Objetivos:** a presente reflexão tem o propósito de contribuir com o debate sobre as aulas teóricas nas Educação Física Escolar, contextualizando-se aspectos possíveis para esclarecer os professores sobre a essência da área de trabalhar com a expressão corporal como linguagem, mas situá-los sobre a possibilidade do encontro com estratégias de ensino que vão além da imobilidade que reina muitas aulas teóricas ministradas. **Metodologia:** recorreremos à pesquisa exploratória (Triviños, 1987), realizada com 11 (onze) professores da rede pública de ensino do município de Natal, capital do Rio Grande do Norte, objetivando verificar “*in loco*” a atuação dos professores de Educação Física em algumas escolas. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos uma entrevista dirigida (Chizzotti, 1995). **Resultados e Conclusões:** As evidências constatadas nas entrevistas dos professores mostram que a organização didática da EFE parece não seguir os mesmos preceitos didáticos dos demais componentes curriculares. Precisamos, então, repensar a Educação Física no sentido de implantar nas escolas os preceitos teórico-metodológicos das propostas pedagógicas que foram concebidas no Brasil nos últimos anos, cujas ações de muitos professores limitam-se à restrição de movimento por parte dos alunos quando optam somente pelas aulas teóricas como única possibilidade para o ensino dos conteúdos da EFE.

Palavras-chave: Educação física escolar; Aulas teóricas; Organização didática.

Introdução

A promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) instituiu novos encaminhamentos para a educação nacional, principalmente no sentido de propor mudanças significativas, com destaque para a liberdade atribuída aos conselhos de educação, às escolas e aos professores, a fim de que pudessem organizar e estruturar o ensino, diferenciando-o de região para região e de escola para escola. Assim, uma dada escola de uma dada região pode e deve planejar e estruturar seus projetos de ensino de acordo com as características e necessidades dos alunos de sua região. Outro ponto importante, mas diretamente relacionado à Educação Física, diz respeito a sua inserção na escola como componente curricular, aspecto que contribui para a melhoria do seu *status* entre os saberes escolares, desde que vinculada ao Projeto Pedagógico da Escola e tenha

uma organização didática semelhante aos outros componentes curriculares. A partir de então o papel da Educação Física na escola tem um amparo legal diferentes de outros tempos, inclusive com o direito dos seus professores participarem da construção e discussão do Projeto Político Pedagógico da escola. Obviamente, analisando e pautando-se na realidade social, econômica e cultural dos alunos, bem como pensando formas de melhor trazer significâncias de seus conteúdos para os alunos.

Considerando-se que, paralelo aos avanços legais, várias propostas pedagógicas foram concebidas para orientar sua pedagogia na escola, e que tais perspectivas sempre estiveram em pauta nos eventos e debates acadêmicos, observamos poucas mudanças na ação dos professores nas escolas, pois muitos pontos confusos da sua organização didática materializam-se em intervenções pedagógicas unilaterais como limitar a Educação Física Escolar unicamente com aulas teóricas, por exemplo. Assim, a presente reflexão tem o propósito de contribuir com o debate sobre as aulas teóricas nas aulas de Educação Física Escolar, contextualizando-se aspectos possíveis para esclarecer os professores sobre a essência da área de trabalhar com a expressão corporal como linguagem, mas situá-los sobre a possibilidade do encontro com estratégias de ensino que vão além da imobilidade que reina em muitas aulas teóricas ministradas.

Para tanto, recorreremos à pesquisa exploratória (Triviños, 1987), realizada com 11 (onze) professores da rede pública de ensino do município de Natal, capital do Rio Grande do Norte, objetivando verificar “*in loco*” a atuação dos professores de Educação Física em algumas escolas. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos uma entrevista dirigida (Chizzotti, 1995) composta pelas seguintes questões: (1) Você realiza aulas teóricas na Educação Física Escolar (EFE)? Por quê?; (2) Qual a sua opinião sobre as aulas de EFE exclusivamente teóricas? e, (3) Quais os conteúdos que você desenvolve nas aulas teóricas na EFE? Os dados estão apresentados de forma descritiva e discutidos com base na literatura pertinente a temática em tela.

Vale destacar que o interesse pelo estudo surgiu durante a realização do Estágio Supervisionada como atividade obrigatória do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no qual, nas observações realizadas, constatamos que alguns professores de educação física na escola optavam por desenvolver suas aulas de forma teórica. Assim, como parte dos autores do trabalho, encontra-se em formação inicial, tanto na pesquisa quanto na docência, consideramos importante o presente estudo para identificar elementos que possam contribuir na formação e atuação docentes em educação física nas escolas. Partimos do princípio que a organização e divisão do cumprimento da carga horária da disciplina devem condizer com os modelos e pressupostos de aulas teóricas-práticas idealizadas pela maioria das propostas pedagógicas existentes para a EFE na atualidade.

A Educação Física Escolar

Ao instituir a Educação Física como componente curricular a LDB de 1996 passa a exigir um novo pensar e um novo agir dos seus professores. O novo pensar é caracterizado pela necessidade de se conceber a Educação Física na escola nas mesmas condições dos demais componentes curriculares, nos quais sua organização didática deve consolidá-la na educação escolarizada com o mesmo *status* dos outros saberes. Exige, também, uma participação mais efetiva dos professores de Educação Física na concepção do projeto pedagógico, pois, ao considerá-la como componente curricular, as suas práticas deverão ser orientadas pelas diretrizes do projeto pedagógico da escola. Então, se os professores ficarem ausentes dos momentos de planejamento escolar, será difícil imaginar ações

pedagógicas coerentes e pautadas nos eixos pedagógicos que organizam o trabalho escolar nos diferentes componentes. Entendemos componente curricular como “a forma de organização do conteúdo de ensino em cada grau, nível e série, compreendendo aquilo sobre o qual versa o ensino, ou em torno do qual se organiza o processo de ensino-aprendizagem” (Saviani, 1994, p. 142).

Assim, cabe aos professores de Educação Física, envolverem-se numa rotina escolar que permita situar claramente seus conteúdos de ensino e sua organização nos diferentes ciclos de escolarização, diferente da linearidade de conteúdo que se repete de forma hegemônica em todos os níveis escolares, bem como dissipar a idéia, muita vezes cristalizada na escola, de que a Educação Física é um apêndice curricular, caracterizada principalmente pela organização de atividades complementares, e não pela função precípua de tratar pedagogicamente o acervo da cultura de movimento como o conhecimento pedagógico de que os alunos devem se apropriar e re-significar no seu convívio social. Discutindo o delineamento da Educação Física na escola, Souza Júnior (1999, p. 19) esclarece que “críticas diversas são levantadas diante da organização do trabalho pedagógico na escola”, elas pautam-se principalmente nos determinantes sócio-políticos na elaboração do projeto pedagógico e nos aspectos que envolvem sua operacionalização. Assim, “o fato de a Educação Física ser considerada como mera ‘atividade’, relegada a algo sem importância no conjunto das disciplinas curriculares, restando-lhe o papel de mera executora de tarefas”, deve ser visto como equívoco frente à própria função social da escola, vinculada, entre outros aspectos, ao propósito de acessar os alunos a um saber sistematizado. Dessa forma, um novo agir dos professores deve ser implementado para dar sentido às práticas pedagógicas e às aprendizagens delas decorrentes. Tal atitude permite imprimir um novo olhar para a Educação Física na escola, possibilitando, dentre outros sentidos, uma valorização e sua consolidação pelo desenvolvimento de conteúdos que tenham significados para os alunos.

Defendemos a idéia que no processo de ensino aprendizagem na EFE devemos acessar o aluno a cultura de movimento na escola. Assim, nada mais justo e significativo do que acessar os alunos a conteúdos pertinentes a sua realidade. Observa-se nos últimos anos que a educação física escolar brasileira passa por um processo de revolução no âmbito de sua preocupação formadora/educativa na escola. Modelos de ensino da disciplina que antes eram tidos como inquestionáveis, hoje, são altamente criticados. A antiquada “física” cai aos poucos perante uma contemporânea educação física, onde a educação pelo movimento, ou, porque não, como bem defende Freire (1989), uma educação pelo não-movimento também (quando pensamos na consciência corporal e nas atividades de relaxamento, por exemplo) norteia sua proposta educacional e a antiga educação do movimento, tecnicista e positivista, aos poucos vai sendo substituída nas escolas.

Dessa forma, pensando-se na realidade dos alunos e considerando-o sujeito de sua aprendizagem (Pernambuco, 2005), a Educação Física encaminha-se para o sucesso de seu papel na escola.

É nesse cenário de obrigatoriedade da educação física escolar como componente curricular, que os professores de educação física, agora mais do que nunca, são obrigados a cumprir suas demandas semanais de horas/aulas e de planejamento. Todavia, de acordo com Conceição (2009), em linhas gerais não há uma organização do trabalho na EFE. O que existe é uma confusão entre aulas teóricas e/ou práticas, muitas descontextualizadas e sem sentido para os alunos. Tal fato denota que ainda estamos buscando o enquadramento da EFE para atender a própria legislação e seu papel na escola, pois há escolas em que a educação física é eminentemente prática; outras não a inclui no seu currículo, o que pode ser visto em muitas escolas privadas e nas séries iniciais de algumas escolas públicas;

enquanto outras reservam um horário para aula teórica e outro para prática. Nesse sentido Melo (2009, p. 36) esclarece que

a falta de legitimidade (da área) favorece uma série de resistências por parte dos alunos, dos pais e da própria equipe técnico-pedagógica da escola em não valorizar a educação física. Chega-se ao ponto de ouvir alguns diretores proferirem que a sua escola “só tem educação física porque é obrigatória.

Se antes o professor de educação física era visto como “visitante” das dependências das escolas, pois, dificilmente se envolvia na elaboração conjunta dos projetos políticos pedagógicos na escola, só aparecia em horários contra-turno para ministrar suas aulas de “física”, ou assumia funções de organizador de eventos na escola quando promovia as festas juninas, das mães e das crianças; hoje, sua responsabilidade e seu papel formador tornaram-se ainda mais importantes.

Como todos os outros componentes curriculares, a Educação Física ocupa um horário no cronograma semanal de aulas de uma turma. Como português, matemática, química e os outros componentes curriculares a educação física também tem seus conteúdos e seus objetivos de ensino. O fato de a educação física ter na cultura corporal de movimento seu meio e fim de ensino e esta se manifestar fundamentalmente em ações dinâmicas (movimentos) não lhe diminui perante os outros componentes curriculares, só porque estes priorizam o silêncio do corpo para dar “voz” a mente.

Dentre todos os componentes curriculares que integram o acervo de disciplinas na escola, a educação física se apresenta deveras desvalorizada no processo. Os dirigentes dão como justificativa para apenas duas aulas semanais de educação física, a carga horária estipulada pelo sistema educacional de oitenta horas (Conceição, 2009). Além do mínimo de horas dedicadas ao componente educação física, a disciplina, sobretudo, tem de se dividir obrigatoriamente, muitas vezes, em aulas teóricas e práticas, pois ainda não conseguiu se compreender como um componente diferenciado de todos os outros na escola.

Diferenciado, porque é o único componente curricular capaz de promover uma “desordem” organizada na escola, uma vez que a aula de educação física é a mais aguardada pelos alunos justamente por tirá-los de sala. É o momento onde o estresse e o cansaço da inanição são substituídos por, curiosamente, o estresse e o cansaço do acesso à liberdade, ao contato com a cultura corporal de movimento.

No entanto, inúmeras dificuldades se configuram na relação teoria e prática na educação física escolar vigente. O que antes não se pensava. Se no passado, a educação física escolar era tida tão somente como prática, os modelos e pressupostos idealizados pela educação física contemporânea atentam, também, para a importância da discussão teórica nas aulas. Entretanto, a relação teoria-prática ainda não está bem compreendida de acordo com Fensterseifer e González (2007):

Trata-se da difícil e incontornável problemática da relação teoria-prática, a qual tende a aparecer de forma dicotômica (como paralelas que não se encontram em lugar nenhum do espaço) ou revezando-se em hierarquias ao gosto de modismos próprios ao campo educacional (hora toda a verdade está na prática, hora a prática é uma extensão da teoria).

Acreditamos no fato de que as aprendizagens decorrentes das aulas de EFE devem ampliar a compreensão dos alunos em relação às práticas corporais e à sua própria cultura de movimento. Assim, temos questionado com muita frequência sobre o que se aprende

nas aulas de Educação Física, e nossos pensamentos, em muitas vezes, nos conduz para algumas conclusões desalentadoras, pois parece que pouco se ensina nas aulas e, em consequência, quase nada se aprende.

A realidade explorada

Os discursos a seguir expressam o pensamento dos professores entrevistados em relação às suas atuações na escola, alertando-se para a organização e divisão do cumprimento da carga horária da disciplina que leciona, bem como verificando se sua atuação condiz com os modelos e pressupostos de aulas teóricas e práticas idealizados pela educação física escolar vigente, a saber:

“Pela falta de estrutura. Nosso aluno tem uma carência quase que 100% do conhecimento teórico da educação física.”

“Realizo aulas práticas em sala, como alongamentos e prendas, caso os alunos não se comportem como uma forma de controlar os ânimos, mas dou mais aulas teóricas.”

“Divido meu programa anual em quatro grupos de conteúdos: 1º A história da EF; 2º Higiene; 3º História dos esportes; 4º Práticas.”

“Não utilizo só a sala de aula para ministrar minhas aulas teóricas. Realizo minhas aulas em qualquer local, debaixo de uma árvore ou num terreno baldio.”

“Falava-se muito sobre a questão mecanicista dos exercícios sem uma conscientização do que fazer e hoje a teoria veio para dar suporte e auxílio às aulas práticas. As aulas teóricas são importantes, mas as práticas são insubstituíveis.”

“São muitos (os conteúdos), mas os principais são: esporte, dança, folclore, lutas, cultura do movimento, jogos, noção de higiene e hábitos posturais.”

“A aula prática é necessária. Não existe educação física escolar sem prática.”

“Dou aulas teóricas porque é norma. Agora é obrigação.”

“Dou mais teoria do que prática. Se Eu der uma aula mais puxada os alunos vão suar e não vão para as próximas aulas. A escola tem duas quadras, mas mesmo assim dou aulas teóricas. É mais cômodo.”

“Procuro juntar a teoria à prática. Dou primeiro a teoria na sala e depois dou a prática na quadra”. “Nas aulas teóricas, Eu elaboro textos, distribuo e atribuo tarefas e questionamentos. Eles preferem assim porque são preguiçosos e as aulas geralmente são nos últimos horários”.

“Primeiro, você tem que decidir se você é professor de sala ou de aula prática”.

“Porque as aulas teóricas são obrigatórias e porque não temos parque esportivo que favoreça as aulas de EF, então temos de cumprir a carga horária com aulas teóricas.”

“As aulas de educação física exclusivamente teóricas estão acabando com o real papel da educação física na escola.”

De forma qualitativa, analisando-se as questões a que nos foram respondidas, pudemos perceber diferentes perfis de profissionais de educação física atuando em escolas da rede pública de ensino básico de Natal.

A maioria dos professores atua de forma deliberada, elegendo os conteúdos de sua prática docente como bem entendem. Sobretudo, sem seguir uma sistemática de ensino que atenda às etapas de desenvolvimento dos alunos. As aulas teóricas acenam com grande parcela no que tange a prática pedagógica desses profissionais, sendo as aulas práticas adotadas por poucos profissionais. Muitos professores, quando não alegaram ministrar aulas teóricas porque a falta de estrutura e recursos materiais das escolas os “empurravam” para dentro da sala de aula; disseram que “é mais cômodo” do que lidar com os “alunos preguiçosos” de hoje em dia.

Pudemos perceber também, diante dos relatos coletados, que bastantes professores se acomodaram com a obrigatoriedade das aulas teóricas em educação física, chegando a ministrar somente aulas teóricas na educação física escolar, mesmo essa compreensão de aula teórica em educação física apresentando-se inadequada, muitas vezes. Contudo, outro relato de professor recarrega nossas esperanças, inferindo que: “as aulas exclusivamente teóricas estão acabando com o real papel da educação física na escola”.

Deve-se entender que a aprendizagem escolar é “uma atividade planejada, intencional e dirigida, e não algo casual e espontâneo” (LIBÂNEO, 1994, p.86). Alerta-nos o autor para o fato de que “a atividade cognoscitiva do aluno é a base e o fundamento do ensino, e este dá direção e perspectiva àquela atividade por meio dos conteúdos, problemas, métodos, procedimentos organizados pelo professor em situações didáticas específicas” (IDEM).

Assim, organizar didaticamente os conhecimentos pedagógicos da Educação Física é assimilar a necessidade de sistematização dos seus conteúdos para possibilitarmos uma aprendizagem mais ampla e plural, pois os alunos não se apropriam de um conhecimento específico em uma única aula, uma vez que “a aprendizagem é um processo gradativo”. Sistematização aqui compreendida como a “seleção, seqüenciação e dosagem dos conhecimentos e habilidades de cada disciplina no tempo e no espaço escolar, dando-lhes assim, um caráter de conteúdos de ensino (Saviani apud SOUZA JÚNIOR, 1999, p. 25)”.

Afirmamos, dessa forma, que uma das principais perspectivas para redimensionarmos a Educação Física na escola é a necessidade de os professores entenderem a lógica da progressividade no desenvolvimento do seu conhecimento pedagógico, como ocorre com os demais componentes curriculares, pois “a aprendizagem é a assimilação ativa de conhecimentos e de operações mentais, para compreendê-los e aplicá-los consciente e autonomamente. A aprendizagem é uma forma do conhecimento humano – relação cognitiva entre aluno e matéria de estudo – desenvolvendo-se sob as condições específicas do processo de ensino. O ensino não existe por si mesmo, mas na relação com a aprendizagem” (Libâneo, 1994, p. 91). Portanto, não será unicamente com aulas teóricas que tais propósitos serão alcançados.

Considerações finais

As evidências constatadas nas entrevistas dos professores mostram que a organização didática da EFE parece não seguir os mesmos preceitos didáticos dos demais componentes curriculares. Ademais, o horário diferenciado de aulas dificulta, de certa forma, uma inserção mais marcante do professor de Educação Física na escola, principalmente nos momentos das discussões sobre o projeto pedagógico e o planejamento de cada componente curricular, bem como suas possíveis interlocuções. Devemos entender que “cada matéria ou disciplina deve ser considerada na escola como um componente curricular que só tem sentido pedagógico à medida que seu objeto se articula aos diferentes objetos dos outros componentes do currículo (Línguas, Geografia, Matemática, História, Educação Física etc.). Pode-se afirmar que uma disciplina é legítima ou relevante para essa perspectiva de currículo quando a presença do seu objeto de estudo é fundamental para a reflexão pedagógica do aluno e a sua ausência compromete a perspectiva de totalidade dessa reflexão” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 29).

A Educação Física, para sair do universo de descrédito escolar frente aos outros componentes curriculares, precisa antes de tudo operacionalizar outras práticas e comprometer-se com outra formação dos alunos, em que o movimento não seja compreendido de forma linear e que os resultados das intervenções pedagógicas dos

professores não sejam medidos, unicamente, pelos índices de performance e/ou pelas execuções “corretas” dos padrões de movimento, mas pelo conhecimento mais amplo, por parte dos alunos, sobre os conteúdos ensinados.

Os dados mostram-nos a necessidade de maior clareza por parte do professorado sobre estratégias de ensino e o próprio conhecimento pedagógico da educação física, pois “(...) a reflexão sobre a justificativa dos conteúdos é para os professores(as) um motivo exemplar para entender o papel que a escolaridade em geral cumpre num determinado momento e, mais especificamente, a função do nível ou especialidade escolar na qual trabalham. O que ensina, se sugere ou se obriga a aprender, expressa os valores e funções que a escola difunde num contexto social e histórico concreto” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 150).

Portanto, mesmo com tantos avanços e propostas, bons professores atuando nas escolas e experiências exitosas sendo vivenciadas e divulgadas em congressos e revistas, ainda percebe-se que a organização curricular, a prática educativa, os encaminhamentos administrativos e pedagógicos da EFE são, na maioria das vezes, tratados de forma diferenciada dos outros componentes curriculares. Precisamos, então, repensar a Educação Física no sentido de implantar nas escolas os preceitos teórico-metodológicos das propostas pedagógicas que foram concebidas no Brasil nos últimos anos, cujas ações de muitos professores limitam-se à restrição de movimento por parte dos alunos quando optam somente pelas aulas teóricas como única possibilidade para o ensino dos conteúdos da EFE.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da educação e do desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Educação Física/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 2000.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995).
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime. **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: a difícil e incontornável relação teoria e prática**. Revista Motrivivência, ano 19, nº 28, p. 27-37, jul./2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MELO, José Pereira de. Pedagogia da educação física na escola. In: NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. **O ensino de educação física do 6º ao 9º ano**. 2º Ed., Natal/RN: Paidéia, 2009.
- PERNAMBUCO, Marta Maria. **Caderno Didático 1: pesquisando as experiências da linguagem corporal**. PAIDEIA, Natal, RN.
- SILVA, J. B. Freire. **Educação de Corpo Inteiro**. São Paulo: Scipione, 1989.

<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/educacao-fisica-escolar-pratica-ou-teorica-1628077.html>. Acessado em 03 de setembro de 2010.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio, **O saber e o fazer pedagógicos**: a educação física como componente curricular__? isso é história! Recife/PE: EDUPE, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.